

RECURSO ESPECIAL Nº 1.763.707 - RJ (2018/0225034-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**
ADVOGADOS : **LEONARDO BRUNO BRIZZANTE CUPELLO - RJ100439**
: **CAIO CÉSAR FIGUEIREDO OLIVEIRA E OUTRO(S) - RJ171539**
RECORRIDO : **AURENIR MAIA DO NASCIMENTO**
ADVOGADO : **IVANIA CARDOSO DOS REIS MARTINS DA SILVA E**
: **OUTRO(S) - RJ107370**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. COBRANÇA DE TARIFA INTEGRAL PELA CEDAE. COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO. REDISTRIBUIÇÃO.

DECISÃO

Cuida-se, nestes autos, de recurso especial interposto por COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro assim ementado (e-STJ, fls. 342-357):

(RECURSO ESPECIAL) JUÍZO DE RETRATAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. CEDAE. TARIFA DE ESGOTO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM TODAS AS SUAS ETAPAS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DE PRIMEIRO GRAU REFORMADA PARCIALMENTE POR DECISÃO MONOCRÁTICA, QUE ORA FOI RATIFICADA EM AGRAVO INOMINADO. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PARA ATACAR O V.ACÓRDÃO, POR ENTENDER QUE HOUVE VIOLAÇÃO AOS DISPOSITOS DE LEI FEDERAL E DIVERGÊNCIA EM FACE DE JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AUTOS DEVOLVIDOS A ESTA CÂMARA CÍVEL ESPECIALIZADA PARA AVALIAR A PERTINÊNCIA DO EXERCÍCIO DO JUÍZO DE RETRATAÇÃO DISPOSTO NO ARTIGO 1.030, II DO CPC/2015. POSICIONAMENTO DO STJ, EXTERNADO EM RECURSO REPETITIVO (REsp nº 1.339.313-RJ - REPRESENTADO NO TEMA Nº 565 [TESE Nº 424]), NO SENTIDO DA LEGALIDADE DA COBRANÇA, AINDA QUE O SERVIÇO NÃO VENHA SENDO PRESTADO NA INTEGRALIDADE. NA HIPÓTESE, NÃO SE MOSTRA DESCABIDA A CONCLUSÃO DE QUE O PREÇO DEVE SER DIFERENCIADO ENTRE OS CONSUMIDORES QUE POSSUEM O TRATAMENTO DE ESGOTO COMPLETO E OS USUÁRIOS QUE SE SERVEM APENAS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS, COMO NO CASO EM

COMENTO. O RACIOCÍNIO DE PARTIÇÃO DA TARIFA, NÃO OBSTANTE A AUSÊNCIA DE NORMA AUTORIZADORA, FUNDA-SE NA EQUIDADE E NA NATUREZA MENSURÁVEL DO SERVIÇO. POR SE TRATAR DE PREÇO, O VALOR DEVERÁ SER CONTRAPRESTACIONAL E PROPORCIONAL AO DISPÊNDIO DO PRESTADOR, COM A FINALIDADE DE EVITAR O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DA CEDAE. AS DECISÕES PROFERIDAS EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO SÃO DESPROVIDAS DE FORÇA VINCULANTE, COMO JÁ DECIDIDO PELO STJ, SENDO QUE, NO RECURSO ADOTADO COMO PARADIGMA, NÃO SE FIRMOU POSICIONAMENTO CONSENTÂNEO SOBRE A DIFERENCIAÇÃO DA TARIFA, COMO SE VERIFICA NO CASO CONCRETO TRATADO NESTE FEITO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO NÃO EXERCIDO. ACÓRDÃO MANTIDO.

Segundo se colhe do acórdão estadual, a recorrente defende, entre outros fundamentos, a legalidade da cobrança integral da tarifa de esgoto mesmo quando a prestação do serviço pela insurgente é parcial.

Dada essa configuração e tendo em conta que a questão de fundo diz respeito à prestação e cobrança por serviço público, determino sejam os autos encaminhados para redistribuição a um dos Ministros das Turmas integrantes da Primeira Seção, nos termos do art. 9º, § 1º, IX, do RISTJ.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator